

Veto Total nº 119/2021

B3255FE4

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

03 AGO 2021

Processo: 120/21

Processo: 120/21

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

03 AGO 2021

Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 187, DE 29 DE JULHO DE 2021.

AO EXPEDIENTE

Em: 02/08/2021

Presidente

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

02 AGO 2021

Elineide Lopes
Servidor(nome legível)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ínclita Assembleia Legislativa, o qual “Dispõe sobre a esterilização de cães e gatos em Unidades Móveis (castramóvel) no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

Nobres Parlamentares, o Autógrafo de Lei nº 1171, de 7 de julho de 2021, em síntese, objetiva regulamentar norma que realize procedimento para esterilização de cães e gatos no estado de Rondônia, por meio de Unidades Móveis, ao qual pode ser efetuada em parceria com instituições privadas.

A priori, observando a notoriedade quanto ao objeto apresentado pelo Legislador, vejo-me compelido a negar a sanção ao Projeto, **tendo em vista acarretar despesas ao Estado**, uma vez que o referido programa de esterilização ocasionaria dispêndio ao erário do Estado, bem como **por vício de iniciativa parlamentar**.

Insta esclarecer que para execução do Projeto de Lei seria necessário instituir programa de governo e políticas públicas, vez que trata-se de assunto que aborda objetivos sociais e ambientais, sendo assim, teria um impacto financeiro não previsto, além de ferir ao estabelecido na Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que “Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.”.

Ademais, destaca-se que a matéria em questão viola princípio da separação dos poderes e usurpa a competência atribuída ao Chefe do Poder Executivo, conforme artigos 39 e 65 da Constituição do Estado, haja vista que o Governador pode dispor sobre: a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei; e da criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

Desta forma, averigua-se que o Autógrafo em questão padece de inconstitucionalidade formal subjetiva, tendo em vista que a proposição invade competência do Chefe do Poder Executivo Estadual e por gerar custos ao Poder Executivo, desobedecendo o disposto na Lei Complementar nº 173, de 2020.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossa Excelência e, conseqüentemente à pronta manutenção deste veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 29/07/2021, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0019404650** e o código CRC **7D16FAB4**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0005.306381/2021-21

SEI nº 0019404650